Colégio PXS Flamboyant

REDAÇÃO

37

Professor: DIOGO
1ª e 2ª SÉRIES
4º Bimestre

Data de Entrega: 25/11/2025

Aluno (a): **Nº**

PROPOSTA DE REDAÇÃO – 1ª SÉRIE:

Texto I

"Infância é o período inicial da vida de uma pessoa. Ela vai do nascimento até os 12 anos. É o período da vida no qual ocorrem grandes e rápidas mudanças físicas, emocionais e comportamentais. É nas experiências da infância que o sujeito vai fundamentar sua personalidade." (Meus Dicionários)
A infância é um período em nossas vidas que faz parte do ciclo fundamental de crescimento, amadurecimento e formação das nossas personalidades. É nela que exercitamos nossas relações sociais e educacionais, de modo a moldar quem seremos no decorrer da vida adulta. E, nesse sentido, a formação das crianças é uma questão extremamente importância para a sociedade e, portanto, deve ser respaldado em respeito e cuidados, a fim de garantir que os jovens cresçam em ambientes saudáveis e com possibilidades de se desenvolverem plenamente.
Por isso, é muito importante que a gente entenda como está a situação das crianças e da infância atualmente, para que, então, possamos adotar medidas eficazes que realmente causem os impactos necessários, a fim de assegurar que o direito à infância seja respeitado e vivido plenamente por todos os jovens.
Alguns elementos que tolhem o direito à infância:
Trabalho infantil;
Desnutrição;
Violência física e psicológica Prostituição e pedofilia;
Excesso de atividades formativas, como cursos e carga escolar exacerbada.

Fonte: Nossa causa

Texto II

O Marco Legal da Primeira Infância

Em 2016, foi promulgado o Marco Legal da Primeira Infância, Lei nº 13.257, a qual estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas voltadas às crianças de 0 a 6 anos no país. Vejamos alguns trechos do artigo 4 do documento:
Art. 4º As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a:
I – atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã;
III – respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais;
IV – reduzir as desigualdades no acesso aos bens e aos serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança;
V – articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância;

Fonte: Observatório do Legislativo brasileiro

Texto III

A realidade dos dias atuais revela o quanto estamos distantes de universalizar um tratamento de dignidade à infância. Um estudo lançado pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) aponta que o Brasil tem quase 1,4 milhão de crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos fora da escola. No ano passado, por causa da pandemia, foram 5,5 milhões de brasileiros desta faixa etária sem atividades escolares. Somado ao alto índice de mortalidade infantil nas famílias de baixa renda e à necessidade de trabalho infantil para composição de recursos, certamente as possibilidades de superação de desigualdades sociais e econômicas do nosso país são dificílimas, quase inexistentes. Sendo evidentes as negativas ao direito à infância à boa parte de nossa população.
Para além disso, quero chamar atenção para a adultização que atinge a infância das crianças de famílias com melhores condições financeiras, o que também revela um descompasso com os direitos à infância, preconizados nos documentos oficiais.
O que vem a ser essa adultização da infância? Em termos práticos, é estimular, tratar ou dar para a criança acesso ao mundo característico de uma vida adulta. Restringir a sua rotina semanal a atividades rigorosamente agendadas, sem tempo livre para brincar. Oferecer jogos eletrônicos com conteúdos inadequados para a idade, assistir a filmes

ou a publicidades com temáticas adolescentes ou adultas, partilhar e adquirir os mesmos objetos de consumo são exemplos de desrespeito ao desenvolvimento da criança, pois tais situações colocam-nas em um mundo de "equivalência" aos adultos, o qual não ela tem condições de suportar.

Fonte: Papo de mãe

Texto IV



Fonte: Alexandre Beck

TEXTO V

As áreas que mais afetam os direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil.



Fonte: Unicef

Texto VI

O Brasil vem **perdendo protagonismo** no enfrentamento ao trabalho infantil tradicional — e esse desafio se agrava ao se considerar as novas formas que emergem no ambiente digital.

Nas plataformas digitais, crianças e adolescentes aparecem como "influenciadores", criadores de conteúdo, gamers ou empreendedores mirins. Isso pode parecer um cenário de oportunidade, mas esconde riscos reais: exposição constante, lógica de engajamento, monetização da imagem e da intimidade — o que transforma a infância em produto ou mercadoria.

Há um **vácuo regulatório**: embora já existam normas e leis para o trabalho infantil convencional, as atividades digitais nem sempre são tratadas da mesma forma. Em muitos casos não há distinção entre "arte" e "trabalho", tampouco controle adequado.

Os riscos são diversos: prejuízos à educação, à saúde física e mental, à rotina da infância; bem como a normalização ou glamourização dessas atividades — o que dificulta o reconhecimento de que se trata de exploração.

O artigo defende que não basta observar apenas as formas tradicionais de trabalho infantil: o digital exige um olhar **específico**, com políticas adaptadas, atuação das plataformas, anunciantes e dos adultos responsáveis pelas crianças. Em suma: é preciso que a infância seja protegida — inclusive no ambiente digital — para que não se torne mais um território de violação de direitos.

Fonte: Revista Veja, adaptado

Texto VII

O Projeto de Lei 4416/24 tipifica o crime de erotização □rotege□juvenil por meio das redes sociais no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
Pela proposta em análise na Câmara dos Deputados, publicar ou compartilhar fotos, vídeos ou qualquer outro conteúdo digital que erotize criança ou adolescente, nas redes sociais ou outro meio digital, será punido com detenção de um a três anos e multa.
A pena será aumentada em um terço se o agente cometer o crime:

- no exercício de cargo ou função pública ou a pretexto de exercê-la;
- prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade; e
- prevalecendo-se de relações de parentesco consanguíneo ou afim até o terceiro grau, de tutor, curador, preceptor, empregador da vítima ou de outro tipo de autoridade.

O que é erotização?

O texto considera erotização juvenil a publicação ou compartilhamento de conteúdo digital que contenha:

- a imagem da criança ou do adolescente apenas em trajes íntimos;
- nudez; e
- dança, atuação, dublagem ou qualquer outra interpretação que faça referência, de modo explícito ou implícito, a ato sexual ou libidinoso.

"Reconhecendo que a criança e o adolescente são sujeitos em formação psíquica e social, o projeto tem por objetivo protege-los da exploração e erotização da sua imagem", afirma o deputado Delegado Palumbo (MDB-SP), autor do projeto.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

PROPOSTA DE REDAÇAO: partir do material de apoio e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em norma padrão da língua portuguesa, sobre o tema: **"O direito à infância no Brasil"**. Apresente proposta de intervenção social que respeite os Direitos Humanos. Selecione, organize e relacione, de maneira coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista

PROPOSTA DE REDAÇÃO – 2ª SÉRIE:

Texto I

O acesso à informação é um direito fundamental no Brasil, assegurado no artigo 5° da Constituição Federal de 1988, e, por isso, é primordial que os profissionais da comunicação, como os trabalhadores da imprensa, possam divulgar informações. A imprensa cumpre um papel de alto valor na manutenção das estruturas democráticas de um país, e é preciso que toda a população entenda sua função.
Data em que virou lei: Desde a chegada da família Real portuguesa em terras brasileiras, a imprensa passou por diversas mudanças e vivenciou acontecimentos históricos, como o período da ditadura militar, quando a imprensa foi censurada. Mesmo após a retomada da democracia no Brasil, em 1985, foi apenas em 1999 que a Lei 9831 foi sancionada.
Importância: A imprensa faz parte da formação do pensamento crítico de uma sociedade. Muitas vezes é por meio do jornalismo que se tem acesso ao que acontece em locais de pouco acesso da população, como regiões remotas, ou até mesmo em câmaras legislativas e gabinetes de representantes políticos.

ANDRADE, Rachel. Disponível em: https://www.ung.br/noticias/dia-da-imprensa-qual-sua-importancia-para-democracia. Acesso em 29 set.2025. Adaptado.

Texto II – Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2024: jornalismo sob pressão política

Em escala global, uma coisa é clara: a liberdade de imprensa está ameaçada pelas mesmas pessoas que deveriam ser os seus garantidores: as autoridades políticas.
Os Estados não conseguem proteger o jornalismo: Um número crescente de governos e autoridades políticas não cumpre o papel de garantidores de um arcabouço exemplar para o exercício do jornalismo e do direito do público à informação confiável, independente e plural. A organização RSF (Repórteres Sem Fronteiras) observa uma deterioração preocupante no apoio e respeito à autonomia dos meios de comunicação e um aumento na pressão exercida pelo Estado ou por outros intervenientes políticos.

Jornalismo contra a desinformação em ano eleitoral: Os períodos eleitorais são regularmente acompanhados de violência contra jornalistas. Certos grupos políticos alimentam o ódio e a desconfiança em relação aos jornalistas, insultando-os, desacreditando-os ou ameaçando-os.

Disponível em: https://rsf.org/pt-br/ranking-mundial-da-liberdade-de-imprensa-2024-jornalismo-sob-press%C3%A3o-pol%C3%ADtica/. Acesso em 25 set.2025. Adaptado.

Texto III

Os ataques à justiça são furiosos. Assim como a brutal campanha de descrédito da mídia e os ataques a muitos de seus profissionais em meio a um quadro de surpreendente impunidade. Isso ocorre simultaneamente em muitas sociedades liberais. O impacto das grandes tendências tecnológicas no jornalismo e nas democracias é enorme, e parece claro que esse novo quadro de turbulência fomenta a desinformação e enfraquece as organizações de mídia, sem solução à vista. Não é a segurança que está em jogo nesse dilema. Não é a economia. Não é a migração. Não é a identidade. É a democracia. Porque se trata de democracia. E também se trata do jornalismo, que é a profissão que serve aos processos e práticas democráticas e a todos os cidadãos, e é por isso que está no centro desta ofensiva global.

BELZUNCE, Fernando. Disponível em https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/09/28/sem-jornalismo-nao-ha-democracia-e-sem-democracia-a-escuridao-se-impoe.htm. Acesso em 29 set.2025. Adaptado.

Texto IV



Charge do Quinho.

PROPOSTA DE REDAÇAO: partir do material de apoio e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em norma padrão da língua portuguesa, sobre o tema: **"Os desafios contemporâneos da imprensa para a consolidação da democracia no Brasil"**. Apresente proposta de intervenção social que respeite os Direitos Humanos. Selecione, organize e relacione, de maneira coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

INSTRUÇÕES PARA A REDAÇÃO

1. O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
2. O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
3. A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.
4. **Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:**
4.1. Tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo consideradas "texto insuficiente".
4.2. Fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
4.3. Apresentar parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.